

JOSÉ NÉUMANNE

Fantasma de porão

Para começar a conversa, não houve, na semana passada, uma greve de caminhoneiros, mas um locaute, pois foi conduzido por microempre-sários, e não por operários.

Ao contrário das greves a que nos acostumamos, desde os anarquistas do início do século até os metalúrgicos do ABC, essa paralisação não reivindicou melhorias de salários, mudanças na política econômica oficial nem a derrubada do governo ou do regime. Nélio Botelho virou uma espécie de Lula caminhoneiro, com grande sucesso popular, como mostrou a pesquisa InformEstado publicada domingo, sem professar fé socialista nem dispor do *physique du rôle* dos velhos pelegos, herdeiros do getulismo.

Parte da aprovação de 80% dos paulistanos ouvidos na pesquisa se deve ao fato de a confusa pauta dos caminhoneiros rebelados traduzir a insatisfação difusa da população em relação à inércia e à incompetência dos gestores públicos no jeito desleixado de lidar com a ingente tarefa de gerir a crise brasileira.

A ameaça de colapso no abastecimento de alimentos, combustíveis e remédios nas grandes cidades poderia ter provocado um ânimo oposto nos entrevistados. Mas isso não ocorreu porque certamente são pouquíssimos os brasileiros satisfeitos com a evidência de que o governo esfola a sociedade com impostos escochantes em troca de servi-



O governo precisa descer da torre de marfim e visitar o Brasil real

ços públicos deploráveis. Por exemplo: não tapa os buracos das estradas.

Como os caminhoneiros, não há um cidadão brasileiro que não tenha sido convocado a dar sua cota de sacrifício, pagando mais caro pela gasolina. Enquanto isso, políticos e apaniguados, encastelados à sombra e

água fresca dos cargos públicos, se recusam a ceder um milímetro de seus privilégios, o que torna os orçamentos públicos inviáveis. Eles dilapidam o esforço coletivo comprando irregularmente carros para desembargadores ou livros de luxo para o Itamaraty. Da mesma forma, quem possui um automóvel perde a paciência com a proliferação de pedágios e o alto custo de serviços prestados teoricamente.

Pode-se argumentar ser injusto condenar a privatização da telefonia por conta do caos patrocinado pela Anatel em 3 de julho, na mudança do DDD. De fato, o telefone deixou de ser um investimento e está virando um serviço corriqueiro no Brasil. Mas também não dá para tirar a razão de 91,2% dos paulistanos ouvidos pela InformEstado que reclamam da incapacidade fiscalizadora das agências criadas para vigiar os serviços prestados pelas estatais privatizadas. Os apagões e o caos telefônico não permitem a ninguém confiar que elas não virarão enclaves burocráticos inúteis e onerosos.

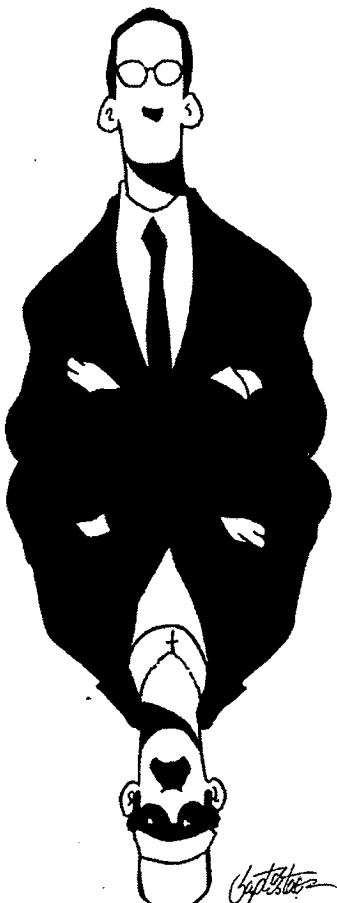
A paralisação dos caminhoneiros expôs, também, e crua-

mente, a incapacidade do governo Fernando Henrique de se antecipar aos fatos. Como o cachorro de Pavlov, ele só reage quando soa a campanha. E, como ficou provado na semana passada, sua capacidade de reação depende da estridência e da insistência dessa campanha. O País parou antes de o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, largar as tarefas que lhe incumbem seu partido, o PMDB, e seu Estado, o Rio Grande do Sul, para cuidar da pasta que lhe cabe.

Aprisionado em fantasias de glória e poder na torre de marfim que Juscelino Kubitschek em má hora ergueu no Planalto Central do País, o governo Fernando Henrique

não age à altura de suas responsabilidades, por estar acorrentado ao regime semi-parlamentarista instituído pela prolixa e vesga Constituição de 1988. O presidente vive dizendo que manda, mas nem sequer pode demitir seu ministro dos Transportes, que deu, na semana passada, uma cabal demonstração de incompetência. Nem o secretário de Desenvolvimento Urbano, Ovídio de Angelis, que transferiu a Esplanada dos Ministérios para Goiânia. E não o faz para não perder o apoio das bancadas do partido deles no Congresso. Por isso, empurra crises como essa mais recente com a barriga até a próxima paralisação, que não deverá demorar, pois os caminhoneiros descobriram que, no Brasil, bom cabrito é o que berra mais forte.

Como o marido traído das piadas, o governo será de novo o último a saber. Primeiramente, por se encastelar em Brasília, longe demais das ruas e roças onde o Brasil real sua e sangra. É a herança maligna de JK. Em segundo lugar, porque o presidente não tem coragem de recriar o serviço de informações que ajudaria a evitar o vexame de tomar conhecimento de movimentos que paralisam o País pelo noticiário. É o espólio de Collor, que extinguiu a inteligência para furtar sossegado. Com o ajuste fiscal comprometido, o real ameaçado e a governabilidade bloqueada nas estradas, só resta a Fernando Henrique desesperar da ilusão letárgica e litúrgica do poder e tomar um choque de realidade. Antes que vire um fantasma no porão do palácio, como seu amigo Carlito Menem.



■ José Néumanne, jornalista e escritor, é editorialista do Jornal da Tarde